

MARLY HARUE OGAWA

**A NOTA FISCAL ELETRÔNICA TRANSFORMANDO
A RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Contabilidade do Setor Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria. Professor Orientador Jaime Bettoni.

**Curitiba
2008**

PENSAMENTO

Feliz o homem que encontra sabedoria, e
adquire conhecimento.

Provérbios 3:13

AGRADECIMENTOS

A todos que colaboraram, direta ou indiretamente, para que a realização e finalização deste trabalho; A Deus, por dar-nos grandes e verdadeiros amigos e por ter estado conosco em todos os momentos. A minha família, pela grande e permanente confiança, incentivo e apoio. Aos Professores do Curso de Pós Graduação em Controladoria da Universidade Federal do Paraná pelos ensinamentos recebidos; Aos amigos e colegas, pois juntos trilhamos uma importante etapa de nossas vidas. Ao professor e orientador Jaime Bettoni pela colaboração e pela atenção concedida neste trabalho.

RESUMO

Ogawa, M.H. A nota fiscal eletrônica, transformando a relação fisco-contribuinte. Este estudo parte de uma análise e posterior reflexão acerca da implantação e funcionamento da nota fiscal eletrônica, tendo como pressuposto que no contexto das inovações tecnológicas, o uso do comércio virtual e também de um sistema de certificação digital são elementos importantes na formação da nova relação entre contribuintes e o Sistema Tributário. Cabe, porém, o seguinte questionamento: poderá de fato estes elementos determinar um melhor desempenho econômico de uma empresa, considerado o custo de implantação da nota fiscal eletrônica? Neste contexto, o foco central do presente trabalho reside, preliminarmente, na compreensão das implicações, vantagens e benefícios advindas da nf-e, seu funcionamento, e repercussões para o mercado financeiro em âmbito nacional.

Palavras-chave: nota fiscal eletrônica; arrecadação tributária; desburocratização.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NF-E	Nota Fiscal Eletrônica
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
AIDF	Autorização de Impressão de Documentos Fiscais
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
ENAT	Encontro Nacional de Administradores
PMAT	Projeto de Modernização da administração tributária
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
RICMS	Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
SEFA	Secretaria Estadual da Fazenda
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CAD/ICMS	Cadastro de Contribuinte de ICMS

1 INTRODUÇÃO	8
2 NOTA FISCAL: CONCEITO	9
3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: JUSTIFICATIVA	9
4 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: FUNCIONALIDADE.....	10
5 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: VANTAGENS E BENEFÍCIOS	11
6 PROJETO E IMPLANTAÇÃO.....	12
7 NF-E: OBJETIVOS	15
8 A EMISSÃO DA NF-E.....	16
9 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	17
10 O CUSTO DA MODERNIZAÇÃO.....	18
11 BASE LEGAL DA NF-E	20
11.1 NOTA FISCAL ELETRÔNICA NO PARANÁ	24
11.2 CREDENCIAMENTO DA NF-E	25
11.3 HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA.....	26
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	28
ANEXO I	29
ANEXO V.....	59
ANEXO VI.....	60
ANEXO VII.....	63
ANEXO VIII.....	67

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o histórico do desenvolvimento do comércio enquanto atividade de teor social e de humanização verificamos que as mesmas perdem ao longo dos tempos suas características de subsistência, rompem-se os laços de confiança e são introduzidos os princípios da ciência administrativa e de gestão, que condicionam o processo produtivo e definem as relações comerciais.

Diferentemente das sociedades antigas em que o comércio ocorria de forma atender exclusivamente as necessidades daquela sociedade e se pautavam em relações de confiança mútua, os vínculos comerciais da sociedade contemporânea se baseiam nas premissas básicas de planejamento, execução e controle. Segundo as quais, o controle perfaz um importante fator para o estabelecimento e registro das transações econômicas e ainda da manutenção da ordem social da atualidade.

Neste contexto as notas fiscais, enquanto forma de controle e registro das relações comerciais, sejam de compra, venda ou prestação de serviços se constituem na formalização das relações de comércio, permitindo não somente a comprovação da transação, mas também possibilitando o controle tributário e fiscal.

A mais nova versão deste processo de controle, as notas fiscais eletrônicas, são documentos virtuais, emitidos via internet nas transações comerciais, que visam eliminar a burocracia, reduzir os custos e otimizar os recursos disponíveis no mercado.

O presente trabalho não tem o objetivo de realizar uma defesa incondicional da nf-e, mas antes, uma reflexão acerca de suas significações e implicações. Dada a ainda curta existência da nf-e e o fato de não haver até então uma bibliografia a respeito é preciso que estejamos acompanhando, construindo e elaborando nossas próprias conclusões quanto à eficácia ou não da nf-e, o que deve ser edificado a partir da experiência e da prática em relação à nf-e.

2 NOTA FISCAL: CONCEITO

A nota fiscal é um documento que realiza o registro de uma transferência de propriedade, produto, bem ou uma atividade comercial prestada por uma empresa ou pessoa física para terceiros.

Nas situações em que a nota fiscal registra transferência de valor monetário entre as partes, a nota fiscal também se designa ao recolhimento de impostos e a não emissão ou utilização inadequada da mesma, caracteriza sonegação fiscal.

Entretanto, as notas fiscais podem também ser utilizadas em contextos mais amplos como na regularização de doações, transporte de bens, empréstimos de bens, ou prestação de serviços sem benefício financeiro à empresa emissora. Uma nota fiscal também pode cancelar a validade de outra nota fiscal, com o por exemplo na devolução de produtos ou cancelamento de contratos de serviços.

Já há muito tempo a nota fiscal vem realizando o controle das transações comerciais, tendo passado por poucas mudanças no decorrer deste período, contudo as novas tecnologias impõem um novo ritmo as relações comerciais, exigindo também uma nova dinâmica quanto ao formato do controle tributário. Desta forma era esperado uma adaptação da nota fiscal tradicional as exigências do novo mercado.

3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: JUSTIFICATIVA

Tendo como objetivo maior o projeto de modernização de nosso país, ampliando as condições de ampliação para os mercados e abertura para capital estrangeiro, a adoção da nota fiscal eletrônica, parte de um pacote de medidas que visam à desburocratização e a modernização das relações comerciais, simboliza a busca pela integração da administração tributária e arrecadatória em todo o território nacional.

Não somente a União e os poderes municipais e estaduais irão se beneficiar com o aumento das arrecadações, o que será possibilitado por um maior controle sobre as movimentações financeiras através da nf-e, mas também a sociedade, uma vez que a redução de custos das empresas tendem a acarretar a geração direta e indireta de novos postos de trabalho.

Neste contexto, a integração permeada pelo sentido de cooperação entre as administrações tributárias favorece o fortalecimento das ações que apontam para uma visão integrada e compartilhada de informações e atividades fiscais.

Contudo, é necessário observar que não somente as inovações comerciais, advindas da evolução tecnológica, sofrem mudanças, mas também acarretam transformações sociais e culturais, alterando o “pensar a sociedade”. Para que os cidadãos tenham condições de acompanhar adequadamente estas transformações, é necessário prepará-los, investir em educação e formação, fornece-lhes condições de operar de acordo com os novos instrumentos sociais impostos pela tecnologia. O que nos leva a considerar que reduzir ou mesmo eliminar a evasão fiscal e a sonegação tem um caráter social, pois indiretamente trata-se de investir em ações que possibilitem o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

4 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: FUNCIONALIDADE

A nota fiscal eletrônica (nf-e) é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com a finalidade de registrar e documentar uma operação comercial. Sua validade jurídica é assegurada pela assinatura digital do remetente e recepção pelo Fisco antes da ocorrência do fato gerador.

A nf-e tem como função não somente o registro das transações comerciais de forma simplificada, uma vez que elimina a burocracia e custos da emissão de uma nota fiscal tradicional, para operações de entrada, saída, importação, exportação, operações interestaduais ou ainda operações de simples remessa. Também representa um eficiente controle fiscal e tributário, assegurando maior destreza no combate a sonegação.

A implantação da nf-e deve trazer uma série de mudanças, não somente nas relações comerciais, utilização e armazenamento das notas fiscais, mais igualmente quanto a procedimento das empresas em relação a suas rotinas. Embora a nf-e traga vantagens incontestáveis também traz implicações quanto ao tramite das relações eletrônicas, que passam a exigir maior controle e segurança nos ambientes virtuais.

A emissão da nf-e ocorre com acompanhamento em tempo real pelo Fisco. A empresa irá gerar um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais referentes à transação comercial. Esta operação será assegurada pela assinatura digital do

emissor, garantindo assim a integridade dos dados. O arquivo gerado a partir desta operação, ou seja, a nf-e, será enviado pela Internet para a Secretaria da Fazenda, este órgão então fará uma pré-validação da nf-e, emitindo em decorrência desta um protocolo de recebimento, sem o qual não poderá ocorrer o trânsito da mercadoria.

Para possibilitar o trânsito da mercadoria, o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica – DANFE (anexo I) - será emitido em papel comum, constando no impresso a chave de acesso para consulta da nf-e na internet, e ainda para confirmação da transação pelos Postos Fiscais de Fronteiras.

5 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: VANTAGENS E BENEFÍCIOS

Todos os envolvidos em uma transação comercial são diretamente beneficiados pelo novo formato de controle fiscal, a nf-e, e mesmo a sociedade, independente das relações comerciais se beneficia desta.

Elencamos algumas destas vantagens da nf-e em relação ao sistema vigente até então:

- Redução de custos de impressão do documento fiscal, embora a nf-e seja seguida de um documento em papel, o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica, (DANFE), que tem o objetivo de acompanhar o trânsito de mercadorias ou facilitar a consulta da respectiva nf-e na internet.
- Redução de custos de aquisição de papel.
- Redução dos custos de armazenagem de documentos fiscais e toda a logística necessária para a sua manutenção e recuperação de documentos.
- Otimização dos processos de organização, visto que nf-e não requer a digitalização do original em papel.
- Simplificação das obrigações acessórias: a nf-e dispensa autorização de impressão de documentos fiscais – AIDF.
- Redução do tempo de parada de caminhões em postos fiscais.
- Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com os clientes.
- Eliminação da digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias.
- Planejamento de logísticas de recepção de mercadorias pelo conhecimento prévio da informação contida na nf-e.
- Redução do consumo de papel, com impacto positivo na preservação ambiental.

- Surgimento de novos postos de trabalho ligado à prestação de serviços relacionados à nf-e.
- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal.
- Melhora no processo de controle fiscal.
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais.
- GED: Gerenciamento Eletrônico de Documentos
- Redução dos erros de escrituração.
- Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas.

Segundo Almeida Camargo, as pequenas e médias empresas já começam a sentir os benefícios da emissão da nota fiscal eletrônica. Os custos com impressão de talões e o tempo despendido para o preenchimento são minimizados com a digitalização do processo. No entanto, o que mais surpreendeu os empresários foi o maior controle sobre as vendas, impostos a pagar e, principalmente, redução de erros.

De acordo com levantamento feito pela RCS Brasil junto a empresas de pequeno e médio porte que já utilizam a NFE, 64% afirmam que a principal vantagem da adoção do sistema está no maior controle das vendas e dos impostos a pagar. Outros 28% disseram que o processo ficou mais ágil, enquanto 8% não sentiram diferença alguma.

6 PROJETO E IMPLANTAÇÃO

O projeto de implantação de um novo modelo de notas fiscais que possibilitem maior controle sobre a arrecadação tributária e maior agilidade e transparência a empresários, comerciantes e consumidores, tem sua origem na Emenda Constitucional n.º 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, que tem como fim a atuação de forma integrada das administrações tributárias da União, Estados e Municípios.

No intuito de atender este dispositivo constitucional, em julho de 2004, foram iniciadas as primeiras discussões e debates envolvendo o tema na cidade de Salvador (BA), onde se reuniram o secretário da Receita Federal, os secretários da

fazenda dos Estados e DF, e representantes das secretarias de finanças dos municípios das Capitais.

Deste encontro resultaram dois protocolos de Cooperação Técnica, visando à criação de um cadastro unificado entre as três esferas do poder público, e ainda a organização de métodos que possibilitem a elaboração de instrumentos que atendam a premissa de integração administrativa e tributária.

Em agosto de 2005, foi realizado o II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários – na cidade de São Paulo. Em continuidade aos Protocolos ora implantados e buscando dar efetividade ao desenvolvimento da gestão integrada entre União, Estados e Municípios, manifesto no Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA), foi formalizada a proposta de implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

Após a realização de inúmeros seminários, conferência e reuniões, que objetivam a ampliação do debate sobre a criação e implantação da nf-e, e principalmente a divulgação de informações que esclarecesse possíveis dúvidas e questionamentos sobre a mesma, em setembro de 2006, foi autorizada, pela Secretaria da Fazenda, a emissão da primeira nota fiscal eletrônica, com plena validade jurídica, emitida pela empresa Wickbold, do ramo alimentício.

Embora não exista ainda uma obrigatoriedade quanto à utilização da nf-e, uma vez que a estratégia de implantação nacional pretenda a inserção gradual e voluntária, entretanto a Secretaria da Fazenda está definindo a sua aplicação para alguns segmentos econômicos por faixa de faturamento. É o caso das empresas fabricantes e distribuidoras de cigarros e combustíveis, que passam desde 1º de abril de 2008 a obrigatoriamente, emitir a nf-e para todas as suas transações comerciais, inclusive venda ao consumidor final.

A implantação da nf-e nos estados iniciou dentro das empresas de grande porte como a Sadia, Souza Cruz, Gerdau, Petrobrás, Kaiser, ultragaz, Wickbold, Ford, Volkswagen, porém a expectativa é que a partir de setembro de 2008, quando outros setores econômicos passam a emitir a nf-e, esta se consolide enquanto instrumento digital de controle e arrecadação fiscal, simbolizando modernidade, transparência e eficiência nos diversos setores e tipos de empresas, independente do porte.

Em outubro de 2008 a nf-e passa a ser adotada também nos estados do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Sergipe, fortalecendo desta forma o projeto de implantação do conjunto de avanços tecnológico previstos pela Emenda Constitucional 42, de dezembro de 2003, em que consta ainda, a escrituração contábil digital, escriturações financeiras, o Livro de Apuração do Lucro Real (e-lalure) e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (nfs-e).

Diante de todos os avanços já elencados, fica o desafio maior que a integração das receitas tributárias dos estados, municípios e União, incluindo o compartilhamento de dados fiscais e cadastrais dos contribuintes em todo o território nacional.

7 NF-E: OBJETIVOS

O objetivo da nota fiscal eletrônica (nf-e) é a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel. Processo este – nota fiscal em papel – que implica na burocracia da armazenagem, nos custos de aquisição de papel, o que acarreta também danos ao meio ambiente. Entre outros elementos advindos desta prática é preciso lembrar das facilidades encontradas por aqueles que tencionam burlar o controle fiscal.

Neste sentido a implantação e a obrigatoriedade da emissão da nf-e significa não somente a modernização tributária, mas uma maior segurança para o Estado quanto à arrecadação tributária, o que pode constituir ampliação de benefícios sociais para a população.

Para a gestão empresarial, a nf-e representa não somente a redução de custos, mas também um forte instrumento na organização da gestão uma vez que possibilita a transparência e dinamicidade dos recursos.

8 A EMISSÃO DA NF-E

Considerando os custos para a implantação do sistema de emissão da nf-e a Secretaria da Fazenda criou um programa auxiliar, que pode ser utilizado pelas pequenas e médias empresas na emissão da nf-e. Porém, este programa deve ter utilidade limitada e provisória, até que estas empresas tenham condições de desenvolver seus próprios programas e sistemas, garantindo desta forma maior segurança ao processo.

É preciso considerar ainda, a necessidade e obrigatoriedade da integração automatizada, pois se considerarmos um grande volume de movimentação financeira e notas das empresas é preciso ampliar a segurança virtual destes sistemas, e neste sentido a integração dos dados cadastrais dos contribuintes em um único sistema, propicia maior segurança e redução nas possibilidades de fraude.

A emissão da nf-e é a geração automatizada, que ocorre a partir de um arquivo eletrônico, correspondente a Nota Fiscal Eletrônica que contém a assinatura digital. Este arquivo é transmitido pela internet para a secretaria da fazenda, que irá autorizar a utilização do documento. A automatização total do processo permite maior rapidez e tende a eliminar a ocorrência de erros.

A assinatura digital ou certificado digital representa a identificação segura, no que torna válida uma determinada ação ou transação dentro da rede de computadores. Esta certificação ocorre a partir de procedimentos lógicos e matemáticos bastante complexos que permitem o caráter confidencial das informações e mesmo a sua autoria.

9 NOTA FISCAL ELETRÔNICA: MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Com o advento da nota fiscal eletrônica (nf-e) a economia do país caminha para um nível de maior estabilidade, permitindo mais segurança não só nas transações, mas também nas certificações das mesmas.

A NF-e possibilitará maior controle do fisco, indicando uma possibilidade de redução na carga tributária e conseqüentemente aumento do potencial econômico do país, tende ainda a reduzir os números do risco-País, metodologia de controle das Organizações Internacionais para medir a confiabilidade do país para investimentos estrangeiros.

Tais fatores somados a redução de custos com a utilização da nf-e, em detrimento da nota fiscal tradicional - sejam estes de impressão, aquisição de papel, envio e armazenamento - se traduzem em modernização para a economia nos seus diversos âmbitos, significando para alguns estudiosos da área um marco da economia contemporânea.

O reflexo destas mudanças na economia do país deverá ser observado em especial no tocante a investimento externo, visto que a estrutura a ser implantada implica a médio e longo prazo na desburocratização do modelo tributário, tornando mais ágil não só as transações comerciais, mas também a abertura de novas empresas, o que significa possibilidade de novos investimentos.

O chamado e-commerce, ou comércio *online*, um segmento que tem conquistado adeptos em todo o país, será particularmente beneficiado pela nf-e uma vez que já dispunha de ferramentas para tal, tornando desta forma menor o seus gastos em torno da implantação da nf-e. Contudo os custos, ainda que não sejam poucos, devem ser percebidos como investimento em modernização, desburocratização dos sistemas e também otimização dos recursos existentes.

10 O CUSTO DA MODERNIZAÇÃO

As inúmeras discussões ocorridas em seminários e eventos para esclarecimentos quanto à nf-e, sua implantação e funcionamento, e mesmo a ampliação do debate quanto à necessidade de mudanças no sistema de controle tributário tem evidenciado uma série de polêmicas que envolvem a eficácia da mesma, mas, particularmente os custo de implantação da nf-e, tendo como principal foco as pequenas e médias empresas.

Estas empresas de pequeno porte, algumas vezes de cunho familiar, historicamente tem apresentado dificuldades quanto à ampliação e manutenção das atividades, pagando um alto custo em termos de arrecadação tributária, o que leva muitas a falência ainda no primeiro ano de vida. O cerne da questão está exatamente na impossibilidade para muitas de arcar com o alto custo para a implantação do sistema necessário para a utilização da nf-e, ainda que isto não vá ocorrer do dia para a noite, trata-se de uma situação que inevitavelmente deve ser considerado dentro da dinâmica das inovações tecnológicas e transformações sociais.

Durante toda a história da humanidade verificamos que grandes mudanças e transformações sejam sociais, culturais ou mesmo econômicas, têm um curso natural: a substituição.

Para implantarmos novas práticas, em geral é preciso substituir, abandonar ou relegar antigas práticas. Isto se traduz em perdas.

Algumas vezes a experimentação nos mostra que foram perdas necessárias, outras vezes acabamos por retornar as antigas práticas. Isto, contudo se faz mediante uma avaliação e análise de todas as suas nuances e elementos constituintes, diretos e indiretos.

Em relação à nf-e, devido a sua abrangência em diversos setores, isto se dá forma muito mais ampla, implicando em uma prepositiva que de conta de lhe avaliar a relação custo-benefício no âmbito econômico e social.

Consideradas todas as vantagens em termos de modernização, transparência, agilidade, redução de custos e mesmo preservação ambiental, é preciso, contudo verificar as conseqüências e também como se fazem possíveis estas vantagens.

Um ponto a ser considerado é o investimento para a implantação deste sistema que gira em torno de R\$ 160 mil a R\$ 3 milhões. As micro e pequenas empresas, na obrigatoriedade desta implantação, quantas conseguem gerar capital para este investimento e ainda se manter no mercado? Outra questão a ser considerada é a possível baixa no mercado gráfico de formulários, que gera cerca de 102 mil empregos. Outro ponto de extrema importância é a participação do consumidor, sem a qual o exercício de certificação das transações se extinguem comprometendo a eficiência do sistema.

Abril de 2008 é o marco inicial desta nova modalidade de controle tributário, tem sua implantação gradativa prevista em lei, começando pelas empresas fabricantes e distribuidoras de cigarros e combustíveis. A obrigatoriedade que abrange os 27 estados e atinge cerca de 5 mil empresas, é válida inclusive nas operações de vendas interestaduais.

A verificação das relações que tendem a resultar de tais operações e as conseqüências sociais e econômicas das mesmas devem ser acompanhadas e mensuradas em relação aos seus custos financeiros e de formação de capital social, porém esta aferição só será possível a médio e longo prazo, o que pode implicar em perdas, como por exemplo, no caso do setor de empresas de formulários e gráficas.

11 BASE LEGAL DA NF-E

Segundo nos relata Dalmo Dallari (1995 p 101), “O Estado é uma ordem jurídica soberana que por fim o bem comum de um povo situado em um determinado território”. Podemos definir o bem comum como a realização e satisfação das necessidades de uma comunidade ou sociedade, tendo como prioridade não o indivíduo ou grupos, mas a população, como um todo. Contudo, a construção do bem comum, só é possível a partir de comprometimento de forças e de concordância entre os diversos setores da Sociedade. A concordância ou consenso, não representa um elemento de fácil composição, pelo contrário, exige um nível elaborado de organização, sendo necessário por vezes, que um órgão maior, neste caso o Estado, cumpra a função de normatizar e regulamentar, dentro de padrões determinados, as necessidades e ainda o entendimento do bem comum, provendo a sociedade de condições mínimas (habitação, educação, segurança, saúde, lazer etc.) que assegurem, de forma organizada e sem prejuízo, a ordem e o bem estar social.

Para que o Estado dê conta da grande demanda que a sociedade, em virtude de sua crescente expansão, exige para manter a população provida de segurança, lazer, educação, saúde e etc., é preciso também uma ampliação dos recursos necessários a esta manutenção. Estes recursos advêm do recolhimento de tributos provenientes das diversas áreas da economia nas sociedades, e também da contribuição isolada dos cidadãos através do pagamento de impostos. Entretanto, o cidadão ao contribuir com o Estado para a manutenção da sociedade, espera que de fato estes recursos sejam adequadamente aplicados e utilizados.

Com o objetivo de assegurar o recolhimento destes recursos, inibindo a ação dos fraudadores e outros mal intencionados, o Estado tem formulado formas de arrecadação e principalmente, elaborado mecanismo que garantam esta arrecadação junto aos contribuintes.

Na incumbência de gerenciar processos de arrecadação tributária e propiciar maior segurança nas transações comerciais, cria-se novos instrumentais que somados formam um conjunto de elementos que visam toda uma reestruturação no sistema tributário. Dentro desta perspectiva é necessário, todavia, formalizar as amarras legais que definem o quão seguro são estes mecanismos de arrecadação tributária.

A Emenda Constitucional n.º 42 aprovada em 19 de dezembro de 2003 e introduzida no inciso XXII do artigo 37 da Constituição Federal, cria a obrigatoriedade no compartilhamento de informações e informações fiscais por parte das administrações tributárias nas três esferas governamentais. Contudo foram necessários outros dispositivos que pudessem assegurar o funcionamento desta Emenda. Em 2004, do primeiro ENAT – resultaram os Protocolos de Cooperação Técnica, que previam a construção de um cadastro unificado integrado que possibilitasse o atendimento aos interesses das administrações tributárias.

O segundo ENAT, realizado em 2005, em São Paulo, definiu o desenvolvimento e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), do qual faz parte um conjunto de medidas no sentido de inovar, integrar e desburocratizar o sistema tributário brasileiro, entre estas medidas encontra-se o novo modelo de nota fiscal eletrônica.

A partir deste novo modelo, será possível maior controle sobre a arrecadação fiscal, dada à agilidade e ainda a emissão on-line do documento fiscal. Este eficiente instrumento tende a não só reduzir custos e facilitar transações comerciais, como também a beneficiar àqueles que pagam seu tributos corretamente.

O SPED foi oficializado pelo decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o que possibilitou maior agilidade a implantação pelos Estados, municípios e União da nf-e, e também proporcionou a ampliação da utilização dos recursos virtuais nas movimentações econômicas, o que por sua vez, implica na necessidade de maior controle e segurança.

Todavia, é preciso considerar que nenhum sistema por melhor que seja, não é totalmente anti-fraude, portanto a total funcionalidade e eficácia nota fiscal ainda depende de outros elementos, entre eles os dispositivos legais, que não só dão legitimidade a estrutura, mas também trazem segurança aos usuários deste novo modelo.

Em outubro de 2005, foi aprovado o ajuste SINIEF 07/2005 (anexo II), que cria nacionalmente a nota fiscal eletrônica e o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica – DANFE, a partir de então a nf-e passa a integrar oficialmente a economia brasileira, tendo para isto todo o amparo legal necessário.

Estado pioneiro na implantação da nf-e, São Paulo o fez a partir de instituição legal, dando base jurídica a nf-e a partir da lei 14.097, de 08 de dezembro de 2005 (anexo VI), que cria a nota fiscal eletrônica de serviço no município de São Paulo.

No intuito de estimular a adesão de empresário a este novo modelo de arrecadação, esta lei possibilita também o aproveitamento de crédito, pelo tomador de serviços, no caso de emissão da nf-e para determinadas situações, como por exemplo, o abatimento no débito do IPTU.

Outra medida empregada no sentido de criar amarras e entrelaçamentos para o funcionamento e ainda, ampliação da nf-e, no Estado de São Paulo foi o Decreto n.º 50.437, de 28 de dezembro de 2005, que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Em âmbito nacional, alguns recursos foram instituídos com o objetivo de gerar uma base legal que propiciasse a consolidação da nf-e, tais como a aprovação do Ato COTEPE contempla o Manual de Integração do Contribuinte que contém todo o detalhamento técnico da Nota Fiscal Eletrônica e também do DANFE. Outra medida foi à criação do Protocolo ICMS 10/07 (anexo IV), que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão da nf-e, sem a qual não se estabelecem os necessários elementos que na totalidade do projeto visam o combate a fraude e a sonegação fiscal.

O Protocolo ICMS 30/07 de 06/07/07, que altera disposições do protocolo ICMS 10/07, estabelece a obrigatoriedade da utilização da nota fiscal eletrônica numa primeira etapa de implantação desta, somente para um determinado segmento formado por fabricantes e distribuidores de cigarros; produtores, formuladores e importadores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente; transportadores e revendedores retalhistas – TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente. Esta obrigatoriedade passa a ter validade a partir de 1º de abril de 2008.

Em conformidade com o projeto que prevê a implantação gradativa da nf-e, são posteriormente, formulados outros mecanismos que asseguram a continuidade do projeto, vindo então em seguida o Protocolo 88/07 de 14/12/07(anexo V), que determina a obrigatoriedade da utilização da nf-e por fabricantes de automóveis, camionetas, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas; distribuidores e fabricantes de cimento; fabricantes, distribuidores e comerciantes atacadistas de medicamentos alopáticos para uso humano; frigoríficos e atacadista que promoverem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e avícolas; fabricantes de bebidas alcoólicas, inclusive cervejas e chopes;

fabricantes de refrigerantes; agentes que assumem o papel de fornecedores de energia elétrica, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; fabricantes de semi-acabados, laminados planos ou longos, relaminados, trefilados e perfilados de aço; fabricantes de ferro-gusa.

Adotando a lógica prevista no SPED, da qual faz parte a nf-e, gradativamente os Estados passam a aderir à utilização da nf-e, seguindo o modelo de São Paulo, que estabeleceu primeiramente a seu amparo legal através da lei 10.049/08. O Estado do Paraná também se prepara para inovar as relações comerciais paranaense por meio da nf-e. A base legal se dá a partir da Normas de n.º 049/08 e 050/08 da Receita Estadual do Paraná.

A Norma de Procedimento Fiscal n.º 049/2008 (anexo VII) dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização da nota fiscal eletrônica por contribuintes paranaense. A Norma de Procedimento Fiscal de n.º 050/2008 (anexo VIII), por sua vez, estabelece disposições sobre o processo de credenciamento para a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, que deve ser efetuada junto a Secretaria de Fazenda – SEFA, seguindo uma série de critérios preestabelecidos.

A nota fiscal eletrônica tem o objetivo de simplificar, potencializar e impor parâmetros para os processos de prestação de informações fiscais pelos contribuintes, tornando este processo mais ágil, transparente e confiável, contudo, quaisquer mudanças, inevitavelmente, implicam em reflexões e muitas vezes em resistência.

Embora possa de fato ser um fator de coesão quanto à unificação das administrações tributárias e também possa representar uma mola propulsora da economia de nosso país, gerando novos meios de fiscalização, ampliando conseqüentemente o controle na arrecadação tributária, e aumentando portanto as possibilidades de investimentos no país, ainda assim, a existência da nf-e depende do envolvimento de diversas Organizações para assegurar a participação de todos os segmentos da sociedade.

É preciso considerar que alguns segmentos apresentam dúvidas quanto à funcionalidade da nf-e dado o seu alto custo de implantação, o que traz receios para a sobrevivência de pequenas e médias empresas. Entretanto, se analisarmos os custos em curto prazo certamente serão bastante preocupante, contudo, é necessário perceber estes custos enquanto investimento, pois em longo prazo, irá abolir gasto muito maiores envolvendo compra de papel, armazenamento, manutenção do local

de armazenamento, tinta para impressão, e outros. Isto sem falar de um ponto de grande impacto nos dias atuais, que trata da sustentabilidade e da responsabilidade social com uma política de preservação ambiental.

A nf-e deve também trazer reflexos positivos na redução da carga tributária, visto que com suas características que inibem a fraude e possibilitam a ampliação da eficiência na arrecadação, permitem ao Governo uma possível redução do volume de tributos, uma questão bastante incomoda ao empresariado, que, contudo tendem a ser beneficiados com a possibilidade da abertura de novos mercados, advindos de uma oxigenação na economia promovida por um novo sistema de arrecadação tributária.

Todavia, é preciso potencializar as possibilidades positivas, mas estar atentos também aos aspectos negativos, pois fraudadores também conhecem o mundo virtual, sendo portanto necessário maiores cuidados com a segurança virtual, e principalmente o estabelecimento de leis que tenham como foco os crimes virtuais, visto que não existe no Brasil uma legislação específica, sendo portanto imprescindível a organização da sociedade civil no sentido de formalizar as autoridades competentes a preocupação nascente de preposições que devem trazer qualidade nas relações e benefícios para a sociedade com um todo, beneficiando ao coletivo e não atendendo a interesses de alguns que podem identificar no mundo virtual um espaço para a fraude e a sonegação.

11.1 NOTA FISCAL ELETRÔNICA NO PARANÁ

A obrigatoriedade da NF-e para os contribuintes paranaenses esta regulamentada na Norma de Procedimento 49/2007, que estabelece a partir de 01 de abril de 2008 a obrigatoria a utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para os contribuintes paranaenses fabricantes e distribuidores de cigarros e combustíveis .

Obrigatoriedade que se aplica a todas as operações dos destes contribuintes obrigados ao uso de NF-e, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, exceto para as operações realizadas fora do estabelecimento, relativas às saídas de mercadorias remetidas sem destinatário certo, e desde que os documentos fiscais relativos à remessa e ao retorno sejam NF-e.

11.2 CREDENCIAMENTO DA NF-E

De acordo com a Norma de Procedimento 50/2007, a Receita Estadual do Paraná estabelece as regras para credenciamento da NF-e no Paraná, que acontece em duas etapas: requerimento e homologação técnica.

O Requerimento deverá ser realizado através do Portal da Secretaria da Fazenda – Portal da SEFA, no endereço <http://www.fazenda.pr.gov.br>, na área restrita da AR.internet, onde deverão ser prestadas informações relativas aos estabelecimentos da empresa que pretendam ser emissores de NF-e, bem como sobre o sistema emissor de NF-e a ser utilizado pelo estabelecimento, além de informações relevantes à equipe responsável pela implantação da NF-e na empresa e quanto à estimativa de emissão de NF-e, em substituição às atuais notas fiscais modelo 1/1-A (quantidade média diária e quantidade máxima diária - pico de emissão) do estabelecimento.

O Requerimento poderá ser deferido para estabelecimento obrigado ao uso da NF-e conforme legislação vigente; para estabelecimentos de empresa que demonstre interesse em voluntariamente emitir NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 1/1-A ou ainda a interessados na adesão voluntária. O deferimento da adesão voluntária é um ato de liberalidade da SEFA e será concedido a seu critério exclusivo. Sendo deferida a adesão voluntária, a empresa deverá formalizar o requerimento através de envio de correspondência eletrônica ao email nfe@sefa.pr.gov.br, informando-se o Nome Empresarial e CNPJ raiz da empresa interessada.

O estabelecimento que, por adesão voluntária, for autorizado a emitir NF-e poderá decidir pela emissão de Nota Fiscal Modelo 1/1A ou de NF-e para acobertar operação. Essa prerrogativa poderá ser utilizada pelo prazo máximo de seis meses contados da data da autorização do Pedido/Comunicação. Após este prazo o estabelecimento deverá optar por emitir NF-e para a totalidade de suas operações ou cessar o uso de NF-e. O deferimento do Requerimento será restrito a estabelecimento ativo e que esteja inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS com código de regime tributário que contemple emissão de documento fiscal.

11.3 HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA

Após o deferimento do Requerimento para Credenciamento, o estabelecimento deverá iniciar o processo de Homologação Técnica, acessando o ambiente de homologação da NF-e disponibilizado pela SEFA, sendo este, específico para a realização de testes de implementação e adequação do sistema emissor de NF-e utilizado pelo estabelecimento, e exclusivo aos estabelecimentos cujo Requerimento para Credenciamento tenha sido deferido.

A Homologação Técnica é uma fase preparatória para a emissão de NF-e e visa verificar se o sistema emissor de NF-e utilizado pelo estabelecimento atende aos requisitos estabelecidos pelo manual de Integração – Contribuinte, e caso eventualmente seja verificado, a qualquer momento, que o sistema utilizado pelo estabelecimento realiza operações em desacordo com as especificações técnicas, ou em com a legislação tributária vigente, o estabelecimento usuário do sistema, bem como o Fornecedor desse sistema, estarão sujeitos às sanções fiscais e criminais cabíveis.

No período de Homologação Técnica, o estabelecimento deverá realizar no num único dia e repetir por mínimo por três dias consecutivos ou não, testes com as operações de emissão e autorização de NF-e em quantidade correspondente ao pico diário de emissão, o cancelamentos de NF-e em quantidade correspondente à décima parte do pico diário de emissão, e ainda inutilizações de numeração de NF-e em quantidade correspondente à décima parte do pico diário de emissão.

Após realizar com sucesso os testes, o estabelecimento deverá emitir “Declaração de Conformidade com a Homologação Técnica”, através do Portal da SEFA. Esta declaração será de existência apenas digital e conterà codificação digital para fins de garantia da sua identificação e autenticidade, bem como da integridade das informações nela contidas. O estabelecimento será considerado homologado (apto a emitir NF-e) somente após o deferimento da “Declaração de Conformidade”. Depois de homologado, o estabelecimento deverá efetuar o Pedido/Comunicação de Uso de Sistema de Processamento de Dados atualizar seu Pedido/Comunicação. Apenas após o deferimento deste Pedido é o estabelecimento será considerado autorizado à emissão de NF-e.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, marcada por problemas ambientais, em que o aquecimento global é uma ameaça real, o advento da NF-e surge como uma contribuição significativa ao meio ambiente, uma vez que reduz drasticamente a quantidade de papel em circulação, conseqüentemente auxilia na preservação ambiental.

As inovações tecnológicas, comumente vêm acompanhadas de receios e resistências, mas ao longo dos anos a experiência demonstra que estas mudanças em geral trazem mais benefícios do que ao contrário. Deve ser também considerado a imutabilidade, na maior parte dos casos, o que conduz a necessidade de adaptação, portanto é imperativo a busca constante por atualização, captar os rumos de mudanças e estar preparado para adaptação.

Não somente as questões ambientais caracterizam o mundo atual., mas também a velocidade de informações e a necessidade de segurança, seja ela virtual e/ou real. Diante do exposto, a nf-e vem ao encontro dos interesses comerciais no sentido de proteger as relações que se formam em distantes pontos, exigindo confiabilidade, tendo ainda como vantagem a agilidade na transmissão de dados e informações a respeito destas operações.

Do ponto de vista do sistema tributário nacional, a implantação da nf-e se traduz em uma nova referência em termos de controle, pois permite a transmissão de dados em tempo real e reduz a possibilidade de sonegação fiscal. O formato de emissão da nf-e se constitui em uma fonte segura de controle da arrecadação fiscal, simbolizando ainda no âmbito da gestão empresarial, controle, segurança, desburocratização e redução de custos, o que a longo prazo deverá ser revertido em aumento de lucratividade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

PORTAL NACIONAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA. Disponível em: www.nfe.fazenda.gov/portal. Acesso em 10/09/2007

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDO DE MINAS GERAIS. **Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/perguntas.html>. Acesso em 17/09/2007

BUENO & CONSTANZE ADVOGADOS. **Nota Fiscal Eletrônica, perguntas mais frequentes**. Disponível em <http://www.buenoecostanze.adv.br/noticias-juridicas/ultimas-noticias/nota-fsical-eletro>. Acesso em 07/11/2007.

ARQUIVAR GESTÃO DE DOCUMENTOS. **Espaço Profissional – Notícias**. Disponível em: http://www.arquivar.com.br/espaco_profissional/noticias/mercado-tecnologia/nota-fiscal-eletronica-sera-obrigatoria-para-alguns-setores-da-economia/?searchterm=nota%20fiscal%20eletronica. Acesso em 28/11/2007

TECNOCRACIA. Paperless. **A Nota Fiscal Eletrônica (nf-e)**. Disponível em: http://tecnocracia.com.br/arquivos/paperless_a_nf-e acesso em 29/11/2007.

ADRIANA FERNANDES – AGENCIA ESTADÃO. **Obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/economia> acesso em 03/04/2008.

CONSELHO DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <http://www.crc.org.br/noticias/nfe/NFe-ObjetivosdaNotaFiscalEletr%F4nica.doc>. Acesso em 20/04/2008.

CONSELHO DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <http://www.crc.org.br/diversos/nfe/NFe-ApresentaçãoNFeASSINF.ppt>. Acesso em 20/04/2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Impactos da Nota Fiscal Eletrônica, a NFe**. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/publicacoes/downloads/revista145.pdf> Acesso em 20/06/2008.

ALMEIDA CAMARGO ADVOGADOS. Pesquisa discute impacto da nota fiscal eletrônica. Disponível em: <http://www.almeidacamargo.com.br/AlmeidaCamargo/paginas/Informacao.asp?CodNoticia=1885&Categoria=9>. Acesso em 26/06/2008.

ANEXO I

DANFE

[illegible]

ANEXO II

AJUSTE SINIEF 07/05

INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA E O DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário Geral da Receita Federal do Brasil, na 119ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Manaus, AM, no dia 30 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTES

Cláusula primeira: Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e que poderá ser utilizada em substituição a Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Remunerado o parágrafo único para § 1º, pelo Ajuste 05/07, efeitos a partir de 04.04.07.

§ 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Nova redação dada ao § 2º da cláusula primeira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF-e, a qual será fixada por intermédio de Protocolo ICMS, o qual será dispensado na hipótese de contribuinte inscrito no cadastro do ICMS de uma única unidade federada.

Redação original dada pelo Ajuste 05/07, efeitos de 04.04.07 até 31.10.07.

§ 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF-e, a qual será fixada por intermédio de Protocolo ICMS.

Nova redação dada ao § 3º da cláusula primeira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 3º Para fixação da obrigatoriedade de que trata o protocolo previsto no § 2º, as unidades federadas poderão utilizar critérios relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes, atividade econômica ou natureza da operação por eles exercida.

Redação original dada pelo Ajuste 05/07, efeitos de 04.04.07 até 31.10.07.

§ 3º Para fixação da obrigatoriedade de que trata o § 1º, as unidades federadas poderão utilizar critérios relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes ou atividade econômica por eles exercida.

Cláusula segunda: Para emissão da NF-e, o contribuinte deverá solicitar, previamente, seu credenciamento na unidade federada em cujo cadastro de contribuinte do ICMS estiver inscrito.

Nova redação dada ao § 1º da cláusula segunda pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 1º É vedado o credenciamento para a emissão de NF-e de contribuinte que não utilize sistema eletrônico de processamento de dados nos termos dos Convênios ICMS 57/95 e 58/95, ambos de 28 de junho de 1995, ressalvado o disposto no § 2º.

Redação original dada pelo Ajuste 05/07, efeitos de 04.04.07 até 31.10.07.

§ 1º É vedado o credenciamento para a emissão de NF-e de contribuinte que não utilize sistema eletrônico de processamento de dados nos termos dos Convênios ICMS 57/95 e 58/95, ambos de 28 de junho de 1995.

Nova redação dada ao § 2º da cláusula segunda pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 2º O contribuinte que for obrigado à emissão de NF-e será credenciado pela administração tributária da unidade federada a qual estiver jurisdicionado, ainda que não atenda ao disposto no Convênio ICMS 57/95.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

§ 2º É vedada a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A por contribuinte credenciado à emissão de NF-e, exceto nas hipóteses previstas neste ajuste ou quando a legislação estadual assim permitir.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

§ 2º É vedada a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A por contribuinte credenciado à emissão de NF-e, exceto na hipótese prevista na cláusula décima primeira, quando será emitido o Documento Auxiliar da NF-e - DANFE, ou mediante prévia autorização da administração tributária.

Acrescido o parágrafo § 3º à cláusula segunda pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 3º É vedada a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A por contribuinte credenciado à emissão de NF-e, exceto quando a legislação estadual assim permitir.

Cláusula terceira: A NF-e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido em Ato COTEPE, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária, observadas as seguintes formalidades:

I - o arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);

Nova redação dada ao inciso II da cláusula terceira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

II - a numeração da NF-e será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;

Redação original, efeitos até 31.10.07.

II - a numeração da NF-e será seqüencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite ou, anualmente, a critério da unidade federada do emitente;

Nova redação dada ao inciso III da cláusula terceira pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

III - a NF-e deverá conter um "código numérico", gerado pelo emitente, que comporá a "chave de acesso" de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série da NF-e;

Redação original, efeitos até 11.07.06.

III - a NF-e deverá conter um “código numérico”, obtido por meio de algoritmo fornecido pela administração tributária, que comporá a “chave de acesso” de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série da NF-e;

Nova redação dada ao inciso IV da cláusula terceira pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

IV - a NF-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

IV - a NF-e deverá ser assinada pelo emitente com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o CNPJ do emitente, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Renumerado, com nova redação, o parágrafo único para § 1º, pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 1º - As séries serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, a partir de 1, vedada a utilização de subsérie.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

Parágrafo único. O contribuinte poderá adotar séries distintas para a emissão da NF-e.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Parágrafo único. O contribuinte poderá adotar séries para a emissão da NF-e, mediante prévia autorização da administração tributária.

Acrescido o parágrafo § 2º à cláusula terceira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 2º O Fisco poderá restringir a quantidade de séries.

Cláusula quarta O arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:

I - ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos da cláusula quinta;

II - ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, nos termos da cláusula sexta.

§ 1º Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo a NF-e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

Nova redação dada ao § 2º da cláusula quarta pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º atingem também o respectivo DANFE, impresso nos termos da cláusula nona ou décima primeira, que também não será considerado documento fiscal idôneo.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

§ 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º atingem também o respectivo DANFE, emitido nos termos da cláusula nona ou décima primeira, que também não será considerado documento fiscal idôneo.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

§ 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º contaminam também o respectivo - gerado pela NF-e não considerada documento idôneo.

§ 3º A autorização de uso da NF-e concedida pela administração tributária não implica validação das informações nela contidas.

Cláusula quinta: A transmissão do arquivo digital da NF-e deverá ser efetuada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

Parágrafo único. A transmissão referida no “caput” implica solicitação de concessão de Autorização de Uso da NF-e.

Cláusula sexta Previamente à concessão da Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do contribuinte analisará, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - a regularidade fiscal do emitente;
- II - o credenciamento do emitente, para emissão de NF-e;
- III - a autoria da assinatura do arquivo digital da NF-e;
- IV - a integridade do arquivo digital da NF-e;
- V - a observância ao leiaute do arquivo estabelecido em Ato COTEPE;
- VI - a numeração do documento.

Acrescidos os parágrafos §§ 1º, 2º e 3º à cláusula sexta pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 1º A autorização de uso poderá ser concedida pela administração tributária da unidade federada emitente através da infra-estrutura tecnológica da Receita Federal do Brasil ou de outra unidade federada, na condição de contingência prevista no inciso I da cláusula décima primeira.

§ 2º A unidade federada que tiver interesse poderá, mediante protocolo, estabelecer que a autorização de uso será concedida pela mesma, mediante a utilização da infra-estrutura tecnológica da Receita Federal do Brasil ou de outra unidade federada.

§ 3º Nas situações constante dos §§ 1º e 2º, a administração tributária que autorizar o uso da NF-e deverá observar as disposições constantes deste Ajuste estabelecidas para a administração tributária da unidade federada do contribuinte emitente.

Nova redação dada à cláusula sétima pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

Cláusula sétima: Do resultado da análise referida na cláusula sexta, a administração tributária cientificará o emitente:

I - da rejeição do arquivo da NF-e, em virtude de:

- a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;
- b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;
- c) remetente não credenciado para emissão da NF-e;
- d) duplicidade de número da NF-e;
- e) falha na leitura do número da NF-e;
- f) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo da NF-e;

II - da denegação da Autorização de Uso da NF-e, em virtude da irregularidade fiscal do emitente;

III - da concessão da Autorização de Uso da NF-e;.

§ 1º Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, a NF-e não poderá ser alterada.

§ 2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na administração tributária para consulta, sendo permitido ao interessado nova transmissão do arquivo da NF-e nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “e” do inciso I do “caput”.

§ 3º Em caso de denegação da Autorização de Uso da NF-e, o arquivo digital transmitido ficará arquivado na administração tributária para consulta, nos termos da cláusula décima quinta, identificado como "Denegada a Autorização de Uso".

§ 4º No caso do § 3º, não será possível sanar a irregularidade e solicitar nova Autorização de Uso da NF-e que contenha a mesma numeração.

§ 5º A cientificação de que trata o "caput" será efetuada mediante protocolo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a "chave de acesso", o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 6º Nos casos dos incisos I ou II do "caput", o protocolo de que trata o § 5º conterá informações que justifiquem de forma clara e precisa o motivo pelo qual a Autorização de Uso não foi concedida.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula sétima Do resultado da análise referida na cláusula sexta, a administração tributária cientificará o emitente:

I - da rejeição do arquivo da NF-e, em virtude de:

- a) falha na recepção do arquivo;
- b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;
- c) remetente não credenciado para emissão da NFe;
- d) duplicidade de número da NF-e;
- e) falha na leitura do número da NF-e;
- f) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo da NF-e;

II - da denegação da Autorização de Uso da NF-e, em virtude:

- a) irregularidade fiscal do emitente;
- b) irregularidade fiscal do destinatário, a critério de cada unidade federada;

III - da concessão da Autorização de Uso da NF-e.

§ 1º Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, a NF-e não poderá ser alterada.

§ 2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o interessado poderá sanar a falha e transmitir novamente o arquivo digital da NFe.

§ 3º Em caso de denegação da Autorização de Uso da NF-e, o arquivo digital transmitido ficará arquivado na administração tributária para consulta, nos termos da cláusula décima quinta, identificado como “Denegada a Autorização de Uso”.

§ 4º No caso do § 3º, não será possível sanar a irregularidade e solicitar nova Autorização de Uso da NF-e que contenha a mesma numeração.

§ 5º A cientificação de que trata o “caput” será efetuada mediante protocolo transmitido ao emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 6º Nos casos dos incisos I ou II do “caput”, o protocolo conterá informações que justifiquem o motivo que impediu a concessão da Autorização de Uso da NF-e.

Cláusula oitava Concedida a Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir a NF-e para a Receita Federal do Brasil.

Nova redação dada ao § 1º da cláusula oitava pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 1º A administração tributária da unidade federada do emitente também deverá transmitir a NF-e para:

I - a unidade federada de destino das mercadorias, no caso de operação interestadual;

II - a unidade federada onde deva se processar o embarque de mercadoria na saída para o exterior;

III - a unidade federada de desembarço aduaneiro, tratando-se de operação de importação de mercadoria ou bem do exterior;

IV - a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, quando a NF-e tiver como destinatário pessoa localizada nas áreas incentivadas.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

§ 1º A administração tributária da unidade federada do emitente também deverá transmitir a NF-e para a unidade federada:

I - de destino das mercadorias, no caso de operação interestadual;

II - onde deva se processar o embarque de mercadoria na saída para o exterior;

III - de desembaraço aduaneiro, tratando-se de operação de importação de mercadoria ou bem do exterior.

Nova redação dada ao § 2º da cláusula oitava pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 2º A administração tributária da unidade federada do emitente ou a Receita Federal do Brasil também poderão transmitir a NF-e ou fornecer informações parciais para:

I - administrações tributárias municipais, nos casos em que a NF-e envolva serviços sujeitos ao ISSQN, mediante prévio convênio ou protocolo;

II - outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem de informações da NF-e para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo de cooperação, respeitado o sigilo fiscal.

Redação original dada pelo Ajuste 04/06 efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

§ 2º A administração tributária da unidade federada do emitente também poderá transmitir a NF-e para:

I - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA quando a NF-e se referir a operações nas áreas beneficiadas;

II - administrações tributárias municipais, nos casos em que a NF-e envolva serviços, mediante prévio convênio ou protocolo de cooperação;

III - outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem de informações da NF-e para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo de cooperação, respeitado o sigilo fiscal.

Nova redação dada à cláusula nona pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

Cláusula nona Fica instituído o Documento Auxiliar da NF-e - DANFE, conforme leiute estabelecido em Ato COTEPE , para uso no trânsito das mercadorias ou para facilitar a consulta da NF-e, prevista na cláusula décima quinta.

§ 1º O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, ou na hipótese prevista na cláusula décima primeira.

§ 2º No caso de destinatário não credenciado para emitir NF-e, a escrituração da NF-e poderá ser efetuada com base nas informações contidas no DANFE, observado o disposto na cláusula décima.

Nova redação dada ao § 3º da cláusula nona pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 3º Quando a legislação tributária exigir a utilização específica de vias adicionais para as notas fiscais, o contribuinte que utilizar NF-e deverá imprimir o DANFE com o número de cópias necessárias para cumprir a respectiva norma.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 a 31.10.07.

§ 3º Quando a legislação tributária exigir a utilização de vias adicionais ou prever utilização específica para as vias das notas fiscais, o contribuinte que utilizar NF-e deverá emitir o DANFE com o número de cópias necessárias para cumprir a respectiva norma.

Nova redação dada ao § 4º da cláusula nona pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 4º O DANFE deverá ser impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho A4 (210 x 297 mm), podendo ser utilizadas folhas soltas, formulário de segurança, formulário contínuo ou formulário pré-impresso.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 a 31.10.07.

§ 4º O DANFE deverá ser impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho A4 (210 x 297 mm), podendo ser utilizadas folhas soltas ou formulário contínuo, bem como ser pré-impresso.

§ 5º O DANFE deverá conter código de barras, conforme padrão estabelecido em Ato COTEPE.

§ 6º O DANFE poderá conter outros elementos gráficos, desde que não prejudiquem a leitura do seu conteúdo ou do código de barras por leitor óptico.

Nova redação dada ao § 7º da cláusula nona pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 7º Os contribuintes, mediante autorização de cada unidade da Federação, poderão solicitar alteração do leiaute do DANFE, previsto em Ato COTEPE, para adequá-lo às suas operações, desde que mantidos os campos obrigatórios da NF-e constantes do DANFE.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 a 31.10.07.

§ 7º Os contribuintes, mediante autorização de cada Unidade da Federação, poderão solicitar alteração do leiaute do DANFE, previsto em Ato COTEPE, para adequá-lo às suas operações, desde que mantidos os campos obrigatórios.

Acrescidos os parágrafos §§ 8º, 9º e 10 à cláusula nona pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 8º Os títulos e informações dos campos constantes no DANFE devem ser grafados de modo que seus dizeres e indicações estejam bem legíveis.

§ 9º A aposição de carimbos no DANFE, quando do trânsito da mercadoria, deve ser feita em seu verso.

§ 10 É permitida a indicação de informações complementares de interesse do emitente, impressas no verso do DANFE, hipótese em que sempre será reservado espaço, com a dimensão mínima de 10x15 cm, em qualquer sentido, para atendimento ao disposto no § 9º.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula nona Fica instituído o Documento Auxiliar da NFe - DANFE, conforme leiaute estabelecido em Ato COTEPE, para uso no trânsito das mercadorias ou para facilitar a consulta da NF-e, prevista na cláusula décima quinta.

§ 1º O DANFE deverá ser impresso em papel comum, exceto papel jornal, no tamanho A4 (210 x 297 mm).

§ 2º O DANFE deverá conter código de barras bi-dimensional, conforme padrão definido pela administração tributária.

§ 3º O DANFE poderá conter outros elementos gráficos, desde que não prejudiquem a leitura do seu conteúdo ou do código de barras bi-dimensional por leitor óptico.

§ 4º O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da Autorização de Uso da NFe, de que trata o inciso III da cláusula sétima.

§ 5º No caso de destinatário não credenciado para emitir NFe, o DANFE deverá ser escriturado no livro Registro de Entrada em substituição à escrituração da NF-e.

Nova redação dada à cláusula décima pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

Cláusula décima O emitente e o destinatário deverão manter em arquivo digital as NF-es pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais, devendo ser apresentadas à administração tributária, quando solicitado.

§ 1º O destinatário deverá verificar a validade e autenticidade da NF-e e a existência de Autorização de Uso da NF-e.

§ 2º Caso o destinatário não seja contribuinte credenciado para a emissão de NF-e, alternativamente ao disposto no “caput”, o destinatário deverá manter em arquivo o DANFE relativo a NF-e da operação, devendo ser apresentado à administração tributária, quando solicitado.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula décima O remetente e o destinatário das mercadorias deverão manter em arquivo as NF-es pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais, devendo ser apresentadas à administração tributária, quando solicitado.

Parágrafo único. Caso o destinatário não seja contribuinte credenciado para a emissão de NF-e, deverá conservar o DANFE e o número da Autorização de Uso da NF-e em substituição à manutenção do arquivo de que trata o “caput”.

Nova redação dada à cláusula décima primeira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

Cláusula décima primeira Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível transmitir a NF-e para a unidade federada do emitente, ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso da NF-e, o contribuinte deverá gerar novo arquivo, conforme definido em Ato COTEPE, informando que a respectiva NF-e foi emitida em contingência e adotar uma das seguintes alternativas:

I – transmitir a NF-e para a Receita Federal do Brasil nos termos das cláusulas quarta, quinta e sexta deste ajuste;

II - imprimir o DANFE em formulário de segurança, observado o disposto na Cláusula décima sétima-A.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do “caput”, a administração tributária da unidade federada emitente poderá autorizar a NF-e utilizando-se da infra-estrutura tecnológica da Receita Federal do Brasil ou de outra unidade federada.

§ 2º Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, conforme disposto no parágrafo anterior, a Receita Federal do Brasil deverá transmitir a NF-e para a unidade federada do emitente, sem prejuízo do disposto no § 3º da cláusula sexta.

§ 3º Na hipótese do inciso II do “caput”, o DANFE deverá ser impresso em no mínimo duas vias, constando no corpo a expressão “DANFE em Contingência.

Impresso em decorrência de problemas técnicos”, tendo as vias a seguinte destinação:

I - uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;

II - outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais.

§ 4º Dispensa-se a exigência de formulário de segurança para a impressão das vias adicionais previstas no § 3º da cláusula nona.

§ 5º Na hipótese do inciso II do “caput”, imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização da NF-e, o emitente deverá transmitir à administração tributária de sua jurisdição as NF-e geradas em contingência.

§ 6º Se a NF-e transmitida nos termos do § 5º vier a ser rejeitada pela administração tributária, o contribuinte deverá:

I - gerar novamente o arquivo com a mesma numeração e série, sanando a irregularidade;

II - solicitar nova Autorização de Uso da NF-e;

III - imprimir em formulário de segurança o DANFE correspondente à NF-e autorizada;

IV - providenciar, junto ao destinatário, a entrega da NF-e autorizada bem como do novo DANFE impresso nos termos do inciso III, caso a geração saneadora da irregularidade da NF-e tenha promovido alguma alteração no DANFE.

§ 7º O destinatário deverá manter em arquivo pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária, junto à via mencionada no inciso I do § 3º, a via do DANFE recebida nos termos do inciso IV do § 6º.

§ 8º Se após decorrido o prazo de 30 dias do recebimento de mercadoria acompanhada de DANFE impresso nos termos do inciso II do “caput”, o destinatário não puder confirmar a existência da Autorização de Uso da NF-e, deverá comunicar o fato à unidade fazendária do seu domicílio;

§ 9º O contribuinte deverá, na hipótese do inciso II do “caput”, lavrar termo no livro Registro de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, modelo 6, informando o motivo da entrada em contingência, número dos formulários de segurança

utilizados, a data e hora do seu início e seu término, bem como a numeração e série das NF-e geradas neste período.

Redação anterior dada pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

Cláusula décima primeira Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível gerar o arquivo da NF-e, transmitir ou obter a resposta da autorização de uso da NF-e, o interessado deverá emitir o DANFE nos termos do § 1º ou, a critério da unidade federada, a nota fiscal modelo 1 ou 1-A em substituição a NF-e.

§ 1º Ocorrendo à emissão do DANFE nos termos do “caput”, deverá ser utilizado formulário de segurança que atenda às disposições do Convênio ICMS 58/95, de 28 de junho de 1995, e consignado no campo de observações a expressão “DANFE emitido em decorrência de problemas técnicos”, em no mínimo duas vias, tendo as vias a seguinte destinação:

I - uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias até que sejam sanados os problemas técnicos, e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário, pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;

II - outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais.

§ 2º No caso do § 1º:

I - o emitente deverá efetuar a transmissão da NF-e imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a sua transmissão;

II - o destinatário deverá comunicar o fato à unidade fazendária do seu domicílio se no prazo de 30 dias do recebimento da mercadoria não puder confirmar a existência da Autorização de Uso da NF-e.

§ 3º No caso de ter havido a transmissão do arquivo da NF-e e, por problemas técnicos, o contribuinte tenha optado pela emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deverá providenciar, assim que superado o problema técnico, o cancelamento da NF-e, caso esta tenha sido autorizada.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula décima primeira Quando não for possível a transmissão da NF-e, em decorrência de problemas técnicos, o interessado deverá emitir o DANFE em duas vias, utilizando formulário de segurança que atenda às disposições do Convênio ICMS 58/95, de 28 de junho de 1995.

Parágrafo único. Ocorrendo a emissão do DANFE nos termos do “caput”:

I - uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias até que sejam sanados os problemas técnicos da transmissão da NF-e;

II - o emitente deverá manter uma de suas vias pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais, devendo o destinatário das mercadorias manter a outra via pelo mesmo prazo;

III - o emitente deverá efetuar a transmissão da NF-e imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a sua transmissão, informando inclusive o número dos formulários de segurança utilizados.

Acrescida a cláusula décima primeira-A pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

Cláusula décima primeira-A Em relação às NF-e que foram transmitidas antes da contingência e ficaram pendentes de retorno, o emitente deverá, após a cessação das falhas:

I - solicitar o cancelamento, nos termos da cláusula décima segunda, das NF-e que retornaram com Autorização de Uso e cujas operações não se efetivaram ou foram acobertadas por NF-e emitidas em contingência;

II - solicitar a inutilização, nos termos da cláusula décima quarta, da numeração das NF-e que não foram autorizadas nem denegadas.

Nova redação dada à cláusula décima segunda pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

Cláusula décima segunda Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NF-e, desde que não tenha havido a circulação da respectiva mercadoria e prestação de serviço, observadas as demais normas da legislação pertinente.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula décima segunda Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NF-e no prazo de até 12(doze) horas, desde que não tenha havido a circulação da respectiva mercadoria e prestação de serviço.

Nova redação dada ao *caput* da cláusula décima terceira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

Cláusula décima terceira O cancelamento de que trata a cláusula décima segunda somente poderá ser efetuado mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, transmitido pelo emitente, à administração tributária que a autorizou.

Redação original do *caput*, efeitos até 31.10.07.

Cláusula décima terceira O cancelamento de que trata a cláusula décima segunda somente poderá ser efetuado mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, transmitido pelo emitente, à administração tributária de sua unidade federada.

§ 1º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá atender ao leiaute estabelecido em Ato COTEPE.

§ 2º A transmissão do Pedido de Cancelamento de NF-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

Nova redação dada ao § 3º da cláusula décima terceira pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

§ 3º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

§ 3º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o CNPJ do emitente, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

Nova redação dada ao § 5º da cláusula décima terceira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 5º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento de NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a "chave de acesso", o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Redação anterior dada ao § 5º da cláusula décima terceira pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 a 31.10.07.

§ 5º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento de NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

§ 5º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento de NF-e será feita mediante protocolo transmitido ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Nova redação dada ao § 6º da cláusula décima terceira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 6º A administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir para as administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava, os Cancelamentos de NF-e.

Redação anterior dada ao § 6º da cláusula décima terceira pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 a 31.10.07.

§ 6º Caso a administração tributária da unidade federada do emitente já tenha efetuado a transmissão da NF-e para as administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava, deverá transmitir-lhes os respectivos documentos de Cancelamento de NF-e.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

§ 6º Caso a administração tributária da unidade federada do emitente já tenha efetuado a transmissão da NF-e objeto do cancelamento à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou à administração tributária de outra unidade federada, deverá transmitir-lhes os respectivos documentos de Cancelamento de NF-e.

Nova redação dada ao *caput* da cláusula décima quarta pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

Cláusula décima quarta O contribuinte deverá solicitar, mediante Pedido de Inutilização de Número da NF-e, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, a inutilização de números de NF-e não utilizados, na eventualidade de quebra de sequência da numeração da NF-e.

Redação anterior dada ao *caput* da cláusula décima quarta pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

Cláusula décima quarta O contribuinte deverá solicitar, mediante Pedido de Inutilização de Número da NF-e, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, a inutilização de números de NF-es não utilizados, na eventualidade de quebra de sequência da numeração da NF-e.

§ 1º O Pedido de Inutilização de Número da NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 2º A transmissão do Pedido de Inutilização de Número da NF-e, será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

Nova redação dada ao § 3º da cláusula décima terceira pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 3º A cientificação do resultado do Pedido de Inutilização de Número da NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, os números das NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do emitente e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Redação anterior dada ao § 3º da cláusula décima quarta pelo Ajuste 04/06, efeitos de 12.07.06 até 31.10.07.

§ 3º A cientificação do resultado do Pedido de Inutilização de Número da NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado

mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Acrescido o § 4º da cláusula décima quarta pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 4º A administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir para a Receita Federal do Brasil as inutilizações de número de NF-e.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula décima quarta Na eventualidade de quebra de seqüência da numeração, quando da geração do arquivo digital da NF-e, o contribuinte deverá comunicar o ocorrido, até o 10º(décimo) dia do mês subsequente, mediante Pedido de Inutilização de Número da NF-e.

Parágrafo único. A cientificação do resultado do Pedido de Inutilização de Número da NF-e será feita mediante protocolo transmitido ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Acrescida a cláusula décima quarta-A pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

Cláusula décima quarta-A Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata a cláusula sétima, o emitente poderá sanar erros em campos específicos da NF-e, observado o disposto no §1º- A do art. 7º do Convênio SINIEF s/nº de 1970, por meio de Carta de Correção Eletrônica – CC-e, transmitida à administração tributária da unidade federada do emitente.

§ 1º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e deverá atender ao leiaute estabelecido em Ato COTEPE e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 2º A transmissão da CC-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

§ 3º A cientificação da recepção da CC-e será feita mediante protocolo disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de

acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NF-e, o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º A administração tributária que recebeu a CC-e deverá transmiti-la às administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava.

§ 6º O protocolo de que trata o § 4º não implica validação das informações contidas na CC-e.

Nova redação dada à cláusula décima quinta pelo Ajuste 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

Cláusula décima quinta Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata a cláusula sétima, a administração tributária da unidade federada do emitente disponibilizará consulta relativa à NF-e.

§ 1º A consulta à NF-e será disponibilizada, em “site” na internet pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º Após o prazo previsto no § 1º, a consulta à NF-e poderá ser substituída pela prestação de informações parciais que identifiquem a NF-e (número, data de emissão, CNPJ do emitente e do destinatário, valor e sua situação), que ficarão disponíveis pelo prazo decadencial.

§ 3º A consulta à NF-e, prevista no “caput”, poderá ser efetuada pelo interessado, mediante informação da “chave de acesso” da NF-e.

Acrescido o § 4º da cláusula décima quinta pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 4º A consulta prevista no “caput” poderá ser efetuada também, subsidiariamente, no ambiente nacional disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.

Redação original, efeitos até 11.07.06.

Cláusula décima quinta Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata a cláusula sétima, a administração tributária da unidade federada do emitente disponibilizará consulta pública relativa à NF-e.

§1º A consulta à NF-e será disponibilizada, em “site” na internet pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

§ 2º Após o prazo previsto no “caput”, a consulta à NFe poderá ser substituída pela prestação de informações parciais que identifiquem a NF-e (número, data de emissão, CNPJ do emitente e do destinatário, valor e sua situação), que ficarão disponíveis pelo prazo decadencial.

§3º A consulta à NF-e, prevista no “caput”, poderá ser efetuada pelo interessado, mediante informação da “chave de acesso” da NF-e, constante no DANFE, ou mediante outra informação que garanta a idoneidade do documento fiscal.

Cláusula décima sexta As unidades federadas envolvidas na operação ou prestação poderão, mediante legislação própria, exigir a confirmação, pelo destinatário, do recebimento das mercadorias e serviços constantes da NF-e.

Revogada a cláusula décima sétima pelo Ajuste SINIEF 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.

Cláusula décima sétima (Revogada)

Redação original, efeitos até 11.07.06:

Cláusula décima sétima Na hipótese de a unidade federada de destino das mercadorias ou de desembaraço aduaneiro, no caso de importação de mercadoria ou bem do exterior, não tiver implantado o sistema para emissão e autorização de NF-e, deverá ser observado o seguinte:

I - o DANFE emitido em unidade federada que tenha implantado o sistema de NF-e, será aceito pelo contribuinte destinatário, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, inclusive para fins de escrituração fiscal;

II - o contribuinte destinatário deverá conservar o DANFE com o respectivo número da Autorização de Uso da NF-e, pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais, devendo ser apresentados à administração tributária, quando solicitado.

Parágrafo único. A administração tributária do emitente da NF-e deverá disponibilizar consulta pública que possibilite a verificação da regularidade na emissão do DANFE, nos termos deste ajuste.

Acrescidas as cláusulas décima sétima A, B e C pelo Ajuste 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.

Cláusula décima sétima-A Nas hipóteses de utilização de formulário de segurança para a impressão de DANFE previstas neste Ajuste:

I – as características do formulário de segurança deverão atender ao disposto da cláusula segunda do Convênio ICMS 58/95;

II – deverão ser observados os parágrafos 3º, 4º, 6º, 7º e 8º da cláusula quinta do Convênio ICMS 58/95, para a aquisição do formulário de segurança, dispensando-se a exigência da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF e a exigência de Regime Especial.

III - não poderá ser impressa a expressão “Nota Fiscal”, devendo, em seu lugar, constar a expressão “DANFE”.

§ 1º Fica vedada a utilização de formulário de segurança adquirido na forma desta cláusula para outra destinação que não a prevista no “caput”.

§ 2º O fabricante do formulário de segurança de que trata o “caput” deverá observar as disposições das cláusulas quarta e quinta do Convênio 58/95.

Cláusula décima sétima-B A administração tributária das unidades federadas autorizadas de NF-e disponibilizarão, às empresas autorizadas à sua emissão, consulta eletrônica referente à situação cadastral dos contribuintes do ICMS de seu Estado, conforme padrão estabelecido em ATO COTEPE.

Cláusula décima sétima-C Toda NF-e que acobertar operação interestadual de mercadoria ou relativa ao comércio exterior estará sujeita ao registro de passagem eletrônico em sistema instituído por meio do Protocolo ICMS 10/03.

Parágrafo único Esses registros serão disponibilizados para a unidade federada de origem e destino das mercadorias bem como para a unidade federada de passagem que os requisitarem.

Cláusula décima oitava Aplicam-se à NF-e, no que couber, as normas do Convênio SINIEF S/Nº, de 15 de dezembro de 1970.

Acrescidos os §§ 1º e 2º à cláusula décima oitava, pelo Ajuste 8/07, efeitos a partir de 01.11.07.

§ 1º As NF-e canceladas, denegadas e os números inutilizados devem ser escriturados, sem valores monetários, de acordo com a legislação tributária vigente.

§ 2º Nos casos em que o remetente esteja obrigado à emissão da NF-e, é vedada ao destinatário a aceitação de qualquer outro documento em sua substituição, exceto nos casos previstos na legislação estadual.

Nova redação dada à cláusula décima nona pelo Ajuste 11/05, efeitos a partir de 21.12.05.

Cláusula décima nona O disposto neste ajuste SINIEF aplica-se, a partir de 1º de abril de 2006, aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Roraima e ao Distrito Federal.

Acrescido o parágrafo único à cláusula décima nona pelo Ajuste 02/06, efeitos a partir de 29.03.06.

Parágrafo único. O disposto na cláusula segunda deste Ajuste SINIEF aplica-se aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraíba e Pernambuco e ao Distrito Federal a partir de 1º de janeiro de 2007.

Redação original, efeitos até 20.12.05.

Cláusula décima nona O disposto na cláusula segunda se aplica, a partir de 1º de janeiro de 2006, aos Estados do Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco e Piauí e ao Distrito Federal.

Cláusula vigésima Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO III

ATO COTEPE/ICMS N.º 14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre as especificações técnicas da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE e dos Pedidos de Concessão de Uso, Cancelamento, Inutilização e Consulta a Cadastro, via WebServices, conforme disposto no Ajuste SINIEF 07/05.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 130ª reunião ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 11 a 13 de setembro 2007, em Brasília, DF, decidiu:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Integração da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, Versão 2.0.2, que estabelece as especificações técnicas da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE e dos Pedidos de Concessão de Uso, Cancelamento, Inutilização e Consulta WebServices a Cadastro, a que se refere o Ajuste SINIEF 07/05, de 05 de outubro de 2005.

§ 1º O Manual de Integração referido no “caput” estará disponível no sítio do CONFAZ (www.fazenda.gov.br/confaz) identificado como “Manual_de_Integracao-Contribuinte_versao202.pdf” e terá como chave de codificação digital a sequência “73E4889E6A0C1A2DD37A99304464A837”, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

§ 2º Os contribuintes do ICMS e IPI credenciados como emissores de NF-e deverão observar o disposto neste manual a partir de 1º de outubro de 2007.

Art. 2º Fica revogado o Ato COTEPE/ICMS 72/05, de 20 de dezembro de 2005.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO IV

PROTOCOLO ICMS 10, DE 18 DE ABRIL DE 2007

Estabelece obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para os setores de fabricação de cigarros e distribuição de combustíveis líquidos.

Os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, neste ato representados pelos respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos Arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional - Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no § 2º da Cláusula Primeira do Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, resolvem celebrar o seguinte:

PROTOCOLO

Nova redação dada à cláusula primeira pelo Protocolo ICMS 24/08, efeitos a partir de 27.03.08.

Cláusula primeira Acordam os Estados e o Distrito Federal em estabelecer a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, para os contribuintes:

I - fabricantes de cigarros;

II - distribuidores ou atacadistas de cigarros;

III - produtores, formuladores e importadores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

IV - distribuidores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

V - transportadores e revendedores retalhistas - TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

VI - fabricantes de automóveis, camionetas, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas;

VII - fabricantes de cimento;

VIII - fabricantes, distribuidores e comerciante atacadista de medicamentos alopáticos para uso humano;

IX - frigoríficos e atacadistas que promoverem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e avícola;

X - fabricantes de bebidas alcoólicas inclusive cervejas e chopes;

XI - fabricantes de refrigerantes;

XII - agentes que, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), vendam energia elétrica a consumidor final;

XIII - fabricantes de semi-acabados, laminados planos ou longos, relaminados, trefilados e perfilados de aço;

XIV - fabricantes de ferro-gusa.

§ 1º A obrigatoriedade se aplica a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes referidos nesta cláusula, que estejam localizados nos Estados signatários deste protocolo, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas neste protocolo.

§ 2º A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, prevista no caput não se aplica:

I - ao estabelecimento do contribuinte que não pratique, nem tenha praticado as atividades previstas no caput há pelo menos 12 (doze) meses, ainda que a atividade seja realizada em outros estabelecimentos do mesmo titular;

II - na hipótese dos incisos I, II e V do caput, às operações realizadas fora do estabelecimento, relativas às saídas de mercadorias remetidas sem destinatário certo, desde que os documentos fiscais relativos à remessa e ao retorno sejam NFe;

III - na hipótese do inciso II do caput, às operações praticadas por contribuinte que tenha como atividade preponderante o comércio atacadista, desde que o valor das operações com cigarros não tenha ultrapassado 5% (cinco por cento) do valor total das saídas do exercício anterior;

IV - na hipótese do inciso X do caput, ao fabricante de aguardente (cachaça) e vinho que tenha auferido receita bruta, no exercício anterior, inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

§ 3º A obrigatoriedade de que trata o caput aplica-se:

I - a partir de 1º de abril de 2008, relativamente aos incisos I a V, nas operações de vendas internas e interestaduais, excluídas as vendas com gasolina de aviação (GAV) e querosene de aviação (QAV);

II - a partir de 1º de junho de 2008, relativamente aos incisos I a V, para as demais operações, inclusive as vendas com gasolina de aviação (GAV) e querosene de aviação (QAV);

III - a partir de 1º de setembro de 2008, relativamente aos incisos VI a XIV.

Redação anterior dada à cláusula primeira pelo Protocolo ICMS 88/07, efeitos de 27.12.07 a 26.03.08.

Cláusula primeira Acordam os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal em estabelecer, a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, para os contribuintes:

I - fabricantes de cigarros;

II - distribuidores ou atacadistas de cigarros;

III - produtores, formuladores e importadores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

IV - distribuidores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

V - transportadores e revendedores retalhistas - TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

VI - fabricantes de automóveis, camionetas, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas;

VII - fabricantes de cimento;

VIII - fabricantes, distribuidores e comerciante atacadista de medicamentos alopáticos para uso humano;

IX - frigoríficos e atacadistas que promoverem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e avícola;

X - fabricantes de bebidas alcoólicas inclusive cervejas e chopes;

XI - fabricantes de refrigerantes;

XII - agentes que assumem o papel de fornecedores de energia elétrica, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

XIII - fabricantes de semi-acabados, laminados planos ou longos, relaminados, trefilados e perfilados de aço;

XIV - fabricantes de ferro-gusa.

§ 1º A obrigatoriedade se aplica a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes referidos nesta cláusula, que estejam localizados nos Estados signatários deste protocolo, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A.

§ 2º A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, prevista no caput não se aplica:

I - ao estabelecimento do contribuinte onde não se pratique e nem se tenha praticado as atividades previstas no "caput" há pelo menos 12 (doze) meses, ainda que a atividade seja realizada em outros estabelecimentos do mesmo titular;

II - na hipótese dos incisos I e II, às operações realizadas fora do estabelecimento, relativas às saídas de mercadorias remetidas sem destinatário certo, desde que os documentos fiscais relativos à remessa e ao retorno sejam NFe;

III - na hipótese do inciso II, às operações praticadas por contribuinte que tenha como atividade preponderante o comércio atacadista, desde que o valor das operações com cigarros não ultrapasse 5% (cinco por cento) do valor total das saídas nos últimos (12) doze meses;

IV - na hipótese do item X, ao fabricante de aguardente (cachaça) e vinho que aufera receita bruta anual inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil) reais.

§ 3º A obrigatoriedade de que trata o caput aplica se:

I - a partir de 1º de abril de 2008, relativamente aos incisos I a V;

II - a partir de 1º de setembro de 2008, relativamente aos incisos VI a XIV.

Redação anterior dada à cláusula primeira pelo Prot. ICMS 30/07, efeitos de 17.07.07 a 26.12.07.

Cláusula primeira Acordam os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal em estabelecer, a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de março de 2005, a partir de 1º de abril de 2008, para os contribuintes:

I - fabricantes de cigarros;

II - distribuidores de cigarros;

III - produtores, formuladores e importadores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

IV - distribuidores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

V - transportadores e revendedores retalhistas - TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

Parágrafo único. A obrigatoriedade se aplica a todas as operações dos contribuintes referidos nesta cláusula, que estejam localizados nos Estados signatários deste protocolo, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos mesmos.

Redação original, efeitos até 16.07.07.

Cláusula primeira Acordam os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe em estabelecer, a partir de 1º de janeiro de 2008, a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de março de 2005, para os contribuintes que exercem atividades de distribuição de combustíveis líquidos e de fabricação de cigarros, classificados respectivamente nos CNAE 4681-8/01 e CNAE 1220-4/01.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO V

Protocolo ICMS 88/07, amplia obrigatoriedade da NF-e - Publicado em 24/02/2008. Protocolo ICMS 88/2007, altera disposições do Protocolo ICMS/10/07, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Ampliou a obrigatoriedade da NF-e: A partir de 01/04/2008:

I - fabricantes de cigarros;

II - distribuidores ou atacadistas de cigarros;

III - produtores, formuladores e importadores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

IV - distribuidores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

V - transportadores e revendedores retalhistas - TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

A partir de 01/09/2008:

VI - fabricantes de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas;

VII - fabricantes de cimento;

VIII - fabricantes, distribuidores e comerciante atacadista de medicamentos alopáticos para uso humano;

IX - frigoríficos e atacadistas que promoverem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e avícola;

X - fabricantes de bebidas alcoólicas inclusive cervejas e chopes;

XI - fabricantes de refrigerantes;

XII - agentes que assumem o papel de fornecedores de energia elétrica, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

XIII - fabricantes de semi-acabados, laminados planos ou longos, relaminados, trefilados e perfilados de aço;

XIV - fabricantes de ferro-gusa.

Estabelece exceção para a obrigatoriedade da NF-e para a venda ambulante de cigarros e para os estabelecimentos do obrigados que não exercem a atividade que obriga a emissão de NF-e.

ANEXO VI

LEI Nº 14.097, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005 (DOC 09/12/2005) - Projeto de Lei nº 634/05, do Executivo. Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços, nos termos que especifica. JOSÉ SERRA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de dezembro de 2005, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Caberá ao regulamento:

I – disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, definindo, em especial, os contribuintes sujeitos à sua utilização, por atividade e por faixa de receita bruta;

II – definir os serviços passíveis de geração de créditos tributários para os tomadores de serviços.

III – definir os percentuais de que trata o § 1º do art. 2º desta lei. (Inciso III acrescido pelo Art. 1º da Lei nº 14.449, de 22 de Junho de 2007)

Art. 2º O tomador de serviços poderá utilizar, como crédito para fins do disposto no art. 3º, parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devidamente recolhido, relativo às Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços passíveis de geração de crédito.

§ 1º O tomador de serviços fará jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo nos seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISS: (Redação original.)

I – 30% (trinta por cento) para as pessoas físicas;

II – 10% (dez por cento) para as pessoas jurídicas, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

III – 7,5% (sete e meio por cento) para os condomínios edifícios residenciais ou comerciais, na forma do regulamento. (Inciso III acrescido pelo Art. 28 da Lei n.º 14.256, de 29 de dezembro de 2006.)

§ 1º O tomador de serviços fará jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo nos seguintes percentuais, a serem definidos pelo regulamento, na conformidade do disposto no inciso III do parágrafo único do art. 1º desta lei,

aplicados sobre o valor do ISS: (§ 1º com a redação alterada pelo Art. 1º da Lei n.º 14.449, de 22 de Junho de 2007.)

I – de até 30% (trinta por cento) para pessoas físicas; 2/3

II – de até 10% (dez por cento) para pessoas jurídicas, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo;

III – de até 10% (dez por cento) para os condomínios edifícios residenciais ou comerciais, localizados no Município de São Paulo, na forma de regulamento.

§ 2º O percentual referido no inciso II do § 1º deste artigo será de 5% (cinco por cento) quando as pessoas jurídicas forem responsáveis pelo pagamento do ISS, nos termos do art. 9º da Lei n.º 13.701, de 24 de dezembro de 2003, observado o disposto no § 3º deste artigo. (Redação original.)

§ 2º O percentual referido no inciso II do § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) quando as pessoas jurídicas forem responsáveis pelo pagamento do ISS, nos termos do art. 9º da Lei n.º 13.701, de 24 de dezembro de 2003, observado o disposto no § 3º deste artigo. (§ 2º com a redação alterada pelo Art. 1º da Lei n.º 14.449, de 22 de Junho de 2007.)

§ 3º Não farão jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo:

I – os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de São Paulo, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município; (Redação original.)

I – os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de São Paulo, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, exceto as instituições financeiras e assemelhadas; (Redação alterada pelo Art. 28 da Lei n.º 14.256, de 29 de Dezembro de 2006.)

II – as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas fora do território do Município de São Paulo.

III – os tomadores de serviços prestados pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. (Inciso III acrescido pelo Art. 1º da Lei n.º 14.449, de 22 de Junho de 2007.)

Art. 3º O crédito a que se refere o art. 2º desta lei poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a pagar, referente a imóvel indicado pelo tomador, na conformidade do que dispuser o regulamento.

§ 1º Não será exigido nenhum vínculo legal do tomador do serviço com a inscrição imobiliária por ele indicada.

§ 2º Os créditos previstos no art. 2º desta lei serão totalizados em 31 de outubro de cada exercício para abatimento do IPTU dos exercícios subseqüentes, referentemente a imóvel que não tenha débito em atraso.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação.

ANEXO VII

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL N° 049/2008

O diretor da coordenação da receita do estado, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 9º da Resolução SEFA n.º 88 de 15 de agosto de 2005 e o parágrafo 2º do art. 1º do Anexo IX do RICMS/PR, aprovado pelo Decreto n.º 1.980 de 21/12/2007, resolve expedir a seguinte Norma de Procedimento Fiscal:

SÚMULA: Dispõe sobre a utilização de Nota Fiscal

eletrônica – NF-e por contribuintes paranaenses. Revoga a NPF 007/2008.

1 É obrigatória a utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) a que se refere o artigo 1º do Anexo IX do RICMS/PR, para os contribuintes paranaenses:

- 1.1 fabricantes de cigarros;
- 1.2 distribuidores de cigarros;
- 1.3 produtores, formuladores e importadores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;
- 1.4 distribuidores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;
- 1.5 transportadores e revendedores retalhistas – TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;
- 1.6 fabricantes de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas;
- 1.7 fabricantes de cimento;
- 1.8 fabricantes, distribuidores e comerciante atacadista de medicamentos alopáticos para uso humano;
- 1.9 frigoríficos e atacadistas que promoverem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e avícola;
- 1.10 fabricantes de bebidas alcoólicas inclusive cervejas e chopes;
- 1.11 fabricantes de refrigerantes;
- 1.12 agentes que, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), vendam energia elétrica a consumidor final;
- 1.13 fabricantes de semi-acabados, laminados planos ou longos, relaminados, trefilados e perfilados de aço;
- 1.14 fabricantes de ferro-gusa.

2. A obrigatoriedade a que se refere o item 1 se aplica a todas as operações dos contribuintes obrigados ao uso de NF-e, ficando vedada a emissão de Nota

Fiscal modelo

1 ou 1-A, ressalvada a hipótese prevista no item 3.

3 A obrigatoriedade de emissão de NF-e prevista nesta Norma:

3.1 não se aplica para as operações realizadas fora do estabelecimento, relativas às saídas de mercadorias remetidas sem destinatário certo a que se refere o artigo 295 do RICMS/PR e desde que os documentos fiscais relativos à remessa e ao retorno sejam NF-e;

3.2 aplica-se:

3.2.1 a partir de 1º de abril de 2008, relativamente aos subitens 1.1 a 1.5, nas operações de vendas internas e interestaduais, excluídas as vendas com gasolina de aviação (GAV) e querosene de aviação (QAV);

3.2.2 a partir de 1º de junho de 2008, relativamente aos subitens 1.1 a 1.5, para as demais operações, inclusive as vendas com gasolina de aviação (GAV) e querosene de aviação (QAV);

3.2.3 a partir de 1º de setembro de 2008, relativamente aos subitens 1.6 a 1.14.

4 Para efeitos dessa Norma, as atividades econômicas descritas no item 1 são compostas pelos códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, Principal ou Secundária, conforme tabela do Anexo I.

5 A composição a que se refere o item 4 não restringe a obrigatoriedade de uso de NF-e apenas aos estabelecimentos enquadrados nos códigos CNAE do Anexo I, podendo a Secretaria da Fazenda estender a obrigatoriedade de uso a qualquer estabelecimento que opere nos ramos descritos no item 1.

6 Os contribuintes que exercem as atividades econômicas de fabricação de açúcar em bruto (CNAE 1071-6/00) e fabricação de açúcar de cana refinado (CNAE 1072-4/01) e que também realizem fabricação de álcool enquadram-se na obrigatoriedade de emissão de NF-e a que se refere o subitem 1.3.

7 Fica revogada a Norma de Procedimento Fiscal 007/2008.

8 Esta Norma de Procedimento Fiscal entrará em vigor na data da sua publicação.

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL N° 049/2008 – ANEXO I**Atividade econômica Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE**

(Principal ou Secundária)

Fabricantes de cigarros 1220-4/01 – Fabricação de cigarros

1220-4/02 – Fabricação de cigarrilhas e charutos

1220-4/03 – Fabricação de filtros para cigarros

Distribuidores de cigarros 4636-2/02 – Comercio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos

Produtores, formuladores e importadores de

combustíveis líquidos, assim definidos e

autorizados por órgão federal competente

1921-7/00 – Fabricação de produtos do refino de petróleo

1922-5/01 – Formulação de combustíveis

1931-4/00 – Fabricação de álcool

1932-2/00 – Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool

Distribuidores de combustíveis líquidos, assim definidos e autorizados por órgão federal competente.

4681-8/01 – Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportadora

4681-8/04 – Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto
Transportadores e revendedores retalhistas – TRR, assim definidos e autorizados por órgão federal competente.

4681-8/02 – Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR) Fabricantes de automóveis, camionetas, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas.

2910-7/01 – Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários

2920-4/01 – Fabricação de caminhões e ônibus

3091-1/00 – Fabricação de motocicletas, peças e acessórios Fabricantes de cimento 2320-6/00 – Fabricação de cimento Fabricantes, distribuidores e comerciante atacadista de medicamentos alopáticos para uso humano.

2121-1/01 – Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano

4644-3/01 – Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
 Frigoríficos e atacadistas que promoverem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e avícola

1011-2/01 – Frigorífico - abate de bovinos

1011-2/04 – Frigorífico - abate de bufalinos

1012-1/01 – Abate de aves

1012-1/03 – Frigorífico - abate de suínos

4634-6/01 – Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados

4634-6/02 – Comércio atacadista de aves abatidas e derivados Fabricantes de bebidas alcoólicas inclusive cervejas e chopes.

1113-5/02 – Fabricação de cervejas e chopes

1111-9/01 – Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar

1111-9/02 – Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas

1112-7/00 – Fabricação de vinho

Atividade econômica Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE (Principal ou Secundária) Fabricantes de refrigerantes 1122-4/01 – Fabricação de refrigerantes Agentes que, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), vendam energia elétrica a consumidor final.

3513-1/00 – Comercio atacadista de energia elétrica Fabricantes de semi-acabados, laminados planos ou longos, relaminados, trefilados e perfilados de aço.

2421-1/00 – Produção de semi-acabados de aço

2422-9/01 – Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não.

2422-9/02 – Produção de laminados planos de aços especiais

2423-7/01 – Produção de tubos de aço sem costura

2423-7/02 – Produção de laminados longos de aço, exceto tubos

2424-5/01 – Produção de arames de aço

2424-5/02 – Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames Fabricantes de ferro-gusa 2411-3/00 – Produção de ferro-gusa

ANEXO VIII

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL N° 050/2008

O DIRETOR DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X do art. 9º do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução n.º. 88 de 31 de agosto de 2005, e o art. 2º do Anexo IX do ICMS/PR, aprovado pelo Decreto n.º. 1.980 de 21/12/2007, resolve expedir a seguinte Norma de Procedimento Fiscal:

SÚMULA: Dispõe sobre o processo de Credenciamento para emissão de Nota Fiscal eletrônica – NF-e.

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1 Para a emissão de Nota Fiscal eletrônica a que se refere o artigo 1º do Anexo IX do RICMS/PR, será necessário o prévio Credenciamento do estabelecimento emitente junto à Secretaria da Fazenda – SEFA, nos termos fixados nesta Norma:

1.1 o processo de Credenciamento constitui o conjunto de ações a serem executadas pelo estabelecimento para que possa ser homologado para emissão de NF-e, sendo composto por duas etapas: o Requerimento e a Homologação Técnica;

1.2 o início do processo de Credenciamento dar-se-á através de Requerimento formalizado, através da Internet, pelo estabelecimento da empresa;

1.3 previamente à formalização de Requerimento para Credenciamento, o estabelecimento deverá estar ciente de toda a documentação disponível no Portal Nacional da NF-e no endereço <http://www.nfe.fazenda.gov.br>, notadamente a legislação aplicável e as especificações técnicas de emissão de NF-e constantes na versão mais atual do Manual de Integração da Nota Fiscal eletrônica (“Manual de Integração – Contribuinte”) aprovado por Ato COTEPE.

2 O Credenciamento é condicionado à prévia aprovação em Homologação Técnica do sistema de emissão de NF-e utilizado pelo estabelecimento.

DO REQUERIMENTO

3 O Requerimento a que se refere o subitem 1.2 deverá ser realizado através do Portal da Secretaria da Fazenda – Portal da SEFA, no endereço <http://www.fazenda.pr.gov.br>, na área restrita da AR.internet, onde deverão ser prestadas informações relativas:

- 3.1 aos estabelecimentos da empresa que serão emissores de NF-e;
- 3.2 ao sistema emissor de NF-e a ser utilizado pelo estabelecimento;
- 3.3 à equipe responsável pela implantação da NF-e na empresa;
- 3.4 à estimativa de emissão de NF-e, em substituição às atuais notas fiscais

modelo 1/1-A

(quantidade média diária e quantidade máxima diária - pico de emissão) do estabelecimento.

4 O Requerimento poderá ser deferido:

4.1 para estabelecimento obrigado ao uso da NF-e conforme legislação vigente;

4.2 para estabelecimentos de empresa que demonstre interesse em voluntariamente emitir NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 1/1-A:

4.2.1 o interesse na adesão voluntária deverá ser formalizado através de envio de correspondência eletrônica ao email nfe@sefa.pr.gov.br, informando-se o Nome Empresarial e CNPJ raiz da empresa interessada;

4.2.2 o deferimento da adesão voluntária é um ato de liberalidade da SEFA e será concedido a seu critério exclusivo. Sendo deferida a adesão voluntária, a empresa deverá formalizar o Requerimento descrito no item 3;

4.2.3 o estabelecimento que, por adesão voluntária, for autorizado a emitir NF-e poderá decidir pela emissão de Nota Fiscal Modelo 1/1A ou de NF-e para acobertar operação. Essa prerrogativa poderá ser utilizada pelo prazo máximo de seis meses contados da data da autorização do Pedido/Comunicação de Uso previsto no item 11. Após este prazo o estabelecimento deverá optar por emitir NF-e para a totalidade de suas operações ou cessar o uso de NF-e.

5 O deferimento do Requerimento será restrito a estabelecimento ativo e que esteja inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS com código de regime tributário que contemple emissão de documento fiscal.

DA HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA

6 Deferido o Requerimento para Credenciamento, o estabelecimento deverá iniciar o processo de Homologação Técnica, acessando o ambiente de homologação da NF-e disponibilizado pela SEFA:

6.1 o ambiente de homologação é específico para a realização de testes de implementação e adequação do sistema emissor de NF-e utilizado pelo estabelecimento;

6.2 o acesso ao ambiente de homologação é exclusivo aos estabelecimentos cujo Requerimento para Credenciamento foi deferido;

6.3 as NF-e transmitidas para o ambiente de homologação não possuem validade jurídica;

6.4 a SEFA disponibilizará em seu Portal os endereços (URLs) que compõem os serviços do ambiente de homologação.

7 A Homologação Técnica é uma fase preparatória para a emissão de NF-e e visa verificar se o sistema emissor de NF-e utilizado pelo estabelecimento atende aos requisitos estabelecidos pelo “Manual de Integração – Contribuinte”:

7.1 a SEFA não valida sistemas de emissão de NF-e, apenas faz verificações de requisitos mínimos necessários. Assim, caso eventualmente seja verificado, a qualquer momento, que o sistema utilizado pelo estabelecimento realiza operações em desacordo com as especificações técnicas contidas no “Manual de Integração – Contribuinte” ou em desacordo com a legislação tributária vigente, o estabelecimento usuário do sistema, bem como o Fornecedor desse sistema, estarão sujeitos às sanções fiscais e criminais cabíveis.

8 Durante a Homologação Técnica, o estabelecimento deverá realizar no mínimo as seguintes operações:

8.1 emissão e autorização de NF-e em quantidade correspondente ao pico diário de emissão;

8.2 cancelamentos de NF-e em quantidade correspondente à décima parte do pico diário de emissão;

8.3 inutilizações de numeração de NF-e em quantidade correspondente à décima parte do pico diário de emissão;

8.4 as operações elencadas nos subitens anteriores deverão ser realizadas em um único dia, devendo ser repetidas por pelo menos três dias, consecutivos ou não.

9 Após realizar com sucesso os testes a que se refere o item 8, o estabelecimento deverá emitir “Declaração de Conformidade com a Homologação Técnica”, através do Portal da SEFA, na área restrita da AR.internet, no menu “NF-e acompanhamento de Requerimento de Credenciamento”.

10 A “Declaração de Conformidade” a que se refere o item 9:

10.1 trata - de de documento onde o estabelecimento declara que está em conformidade com as exigências técnicas e legais;

10.2 será de existência apenas digital e conterá codificação digital ("Hash Code") para fins de garantia da sua identificação e autenticidade, bem como da integridade das informações nela contidas;

10.3 será deferida automaticamente pelo sistema ao estabelecimento que realizou os testes mínimos exigidos descritos no item 8:

10.3.1 o estabelecimento será considerado homologado (apto a emitir NF-e) somente após o deferimento da "Declaração de Conformidade".

11 Após homologado, o estabelecimento deverá efetuar o "Pedido/Comunicação de Uso de Sistema de Processamento de Dados" a que se refere o artigo 401 do RICMS/PR, ou atualizar seu Pedido/Comunicação caso já seja usuário autorizado, para incluir a emissão de NF-e na relação de documentos fiscais emitidos, conforme regras estabelecidas na Norma de Procedimento Fiscal 018/2001.

12 Apenas após o deferimento do Pedido a que se refere o item 11 é que o estabelecimento será considerado autorizado à emissão de NF-e.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13 Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Inspeção Geral de Fiscalização, com competência decisória do Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

14 Esta Norma de Procedimento Fiscal entrará em vigor na data da sua publicação.

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO, Curitiba, em 30 de maio de 2008.